



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
CAMPUS CAPANEMA

REGULAMENTO DE USO DAS SALAS DE AULA DA UFRA CAMPUS CAPANEMA

Regulamento N.º 02, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre as normas de utilização das salas de aula do *CAMPUS CAPANEMA*, da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

O DIRETOR DO *CAMPUS CAPANEMA*, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 510, de 10 de abril de 2024, resolve:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O presente documento contém as normas que regem o uso de salas do *Campus Capanema* da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

Art. 2º. O presente Regulamento é aplicável aos docentes, técnicos administrativos em educação, discentes dos cursos de graduação e pós-graduação ou participantes de projetos de pesquisa, extensão e ensino vinculados ao *campus* e visitantes.

Art. 3º. Todas as salas de aula são climatizadas, proporcionando um ambiente confortável para o ensino e a aprendizagem.

Art. 4º. Estão disponíveis em todas as salas de aula: equipamentos com sistema multimídia, projetores, quadros e mobiliário adequado para as atividades.

Art. 5º. Há disponível no local, o sinal de rede sem fio da UFRA.

CAPÍTULO II - OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 6º. As normas e políticas de uso propostas, têm por objetivos básicos melhorar o gerenciamento do uso das salas de aula, bem como o mal uso deste recurso.

CAPÍTULO III - FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Art. 7º. O funcionamento das salas de aula ocorre de segunda à sábado de 7h30 às 12h30, 13h30 às 22h30.

Art. 8º. Os servidores (docentes e técnicos administrativos em educação) deverão realizar o agendamento através do Sistema de Agendamento de Espaço Físico (SAEF), com no mínimo um (01) dia de antecedência e homologado Gerência Acadêmica.

Parágrafo Único: Discentes e visitantes deverão fazer a solicitação de agendamento pelo e-mail da Gerência Acadêmica.

CAPÍTULO IV - USUÁRIOS

Art. 9º. São usuários das salas de aula:

I. Docentes e Técnicos Administrativos em Educação da UFRA;

II. Discentes dos cursos de graduação e pós-graduação ou participantes de projetos de pesquisa, extensão e ensino vinculados ao *campus*;

III. Visitantes.

CAPÍTULO V - DEVERES DO USUÁRIO

Art. 10º. Conhecer e respeitar as regras estipuladas neste documento.

Art. 11º. Estar ciente dos horários de funcionamento das salas e respeitá-los.

Art. 12º. Manter a ordem e o silêncio dentro das salas.

Art. 13º. Respeitar a finalidade acadêmica das salas.

Art. 14º. Zelar pelos equipamentos e espaço físico, mantendo-os limpos e organizados.

Art. 15º. Zelar pela conservação dos mobiliários e equipamentos.

Art. 16º. Deve-se sempre manter as portas das salas fechadas, para permitir acesso somente a alunos e professores, assim como manter a eficiência energética do ambiente.

Art. 17º. Observar sempre os recados deixados pelos administradores nas dependências das salas.

CAPÍTULO VI - RESTRIÇÕES AO USUÁRIO

Art. 18º. Utilizar objetos ou equipamentos que venham a perturbar a ordem e o silêncio necessários para o ensino e aprendizagem.

Art. 19º. Comer, beber ou fumar nas dependências das salas de aula.

Art. 20º. Entrar sem camiseta ou em trajes inadequados.

Art. 21º. Falar ao telefone celular durante as atividades desenvolvidas.

Art. 22º. Portar Animais.

Art. 23º. Violar, ou tentar violar, a segurança dos servidores, colaboradores e discentes.

Art. 24º. Utilizar a estrutura do laboratório para fins que não sejam acadêmicos.

CAPÍTULO VII - DAS RESPONSABILIDADES

Art. 25º. Cabe aos usuários das salas de aula:

- I. Zelar pelo correto uso dos ambientes e equipamentos de sala de aula;
- II. Os servidores deverão comunicar problemas detectados nos equipamentos à Gerência Administrativa, através do sistema de atendimento de serviços (SAS);
- III. Discentes e visitantes deverão comunicar problemas detectados nos equipamentos à Gerência Administrativa, através do formulário eletrônico (SAS);
- IV. Cumprir rigorosamente as normas estabelecidas neste regulamento, orientando os usuários sobre o uso correto dos recursos e notificar imediatamente eventuais infrações aos setores responsáveis (coordenador de curso e gestão do campus).

Art. 26º. Cabe à Gerência Acadêmica:

- I. Autorizar a solicitação de agendamento de salas;
- II. Remanejamento das atividades das salas de aula, quando necessário.

Art. 27º. Cabe à Gerência Administrativa:

- I. Manter as salas de aula em perfeitas condições de uso e funcionamento;
- II. Disponibilizar colaboradores terceirizados para limpezas e organizações diárias das salas de aula;
- III. Manter o controle dos bens materiais das salas zelando pelo seu uso adequado e sua conservação;
- IV. Realizar vistorias semanais nas salas de aula: lâmpadas, mobiliários, pinturas, quadros, projetores, aparelhos de ar condicionado e outros;
- V. Requisitar materiais e equipamentos necessários à execução das atividades pertinentes as salas sempre quando houver necessidade.

CAPÍTULO VIII - DAS PENALIDADES

Art. 28º. O descumprimento deste regulamento poderá acarretar isolada ou cumulativamente, nos termos da legislação vigente, sanções administrativas, civis e penais, assegurando-se aos envolvidos a ampla defesa.

§ 1º A infração ou tentativa de burlar as regras constantes neste documento serão apuradas por meio de procedimentos administrativos disciplinares.

§ 2º Cabe à Direção Geral da unidade deliberar sobre os procedimentos administrativos e sanções adequadas para cada infração.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29º. Casos omissos não tratados neste documento deverão ser submetidos e tratados em primeira instância pelas Gerências Acadêmica e Administrativa e posteriormente pela direção do campus.

Art. 30º. Este documento deverá ser revisado regularmente e quando ocorrerem eventos ou fatores relevantes que exijam correções deverá ser atualizado e disponibilizado publicamente.

Art. 31º. Esta norma entra em vigor a partir da data de sua publicação.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Joaquim A.L.J.', is positioned above the printed name and title.

Joaquim Alves de Lima Junior
Diretor do Campus Capanema
Portaria nº 510, de 10 de abril de 2024